ATA Nº 5

4.ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2018

21 DE SETEMBRO DE 2018

-------- Aos vinte e um dias, do mês de junho, do ano de dois mil e dezoito, pelas dez horas e cinco minutos, no Auditório da Casa das Tias de Nemésio, reuniu a Assembleia Municipal da Praia da Vitória na quarta sessão ordinária do ano de dois mil e dezoito. ---

-------- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros: ----------
-------- Fábio Manuel Ávila Valadão – PS em substituição de Paulo Manuel Ávila Messias – PS, Hélder Francisco da Silva Pereira - PS em substituição de Luís Miguel Vieira Leal – PS, Maria de Fátima Pimentel Alves Homem – PS, Isménia Carvalho Landeiro Alves – PS, Elmano Manuel Vieira Nunes - PS, Valter Manuel Linhares Peres – PS, José Adriano Meneses Laranjo – PS, Daniela Filipa Arruda Medeiros – PS em substituição de Nivalda de Fátima Meneses Bettencourt – PS, José Manuel de Aguiar Paim – PS, Francisco António Simões Rocha- PS em substituição de Bruno João Branco Ávila Messias – PS, Eulália Ferreira Toste Leal – PS, Manuel Hildeberto Diniz Pires – PS, Paulo Rui Mendes Homem – PSD em substituição de Clélio Ribeiro Parreira Toste de Meneses – PSD, Graça das Mercês da Silva Brum Pereira – PSD em substituição de Bruno César Félix Nogueira – PSD, Filipe Barcelos Rocha – PSD em substituição de Cláudia Filipa Gomes Silva – PSD, Paula Cristina Ávila Rocha – PSD em substituição de Francisco Leonel Mendes Simões Ávila – PSD, Jorge Emanuel Costa Gomes – PSD em substituição Paulo Manuel Martins Luís – PSD, Sandra Isabel Ávila Galvão – PSD, Nuno Graciliano de Almeida Cabral – PSD, Joana Filipa Morais Ribeiro – PSD, Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto – CDS-PP, Hélio Adriano de Melo Rocha – Junta de Freguesia da Agualva, Luís Carlos Dutra Vieira – Junta de Freguesia dos Biscoitos, José Avelino dos Santos Simões Borges em substituição de Mónica Andreia Simões Brum – Junta de Freguesia do Cabo da Praia, Júlia Martinha Martins Borges Faria - Junta de Freguesia da Fonte do Bastardo, Paulo Rui Pacheco de Sousa – Junta de Freguesia das Fontinhas, César Leandro da Costa Toste – Junta de Freguesia da Vila das Lajes, Maura Filipa Pereira Branco – Junta de Freguesia do Porto Martins, Bruno Narciso Meneses Lopes – Junta de Freguesia das Quatro Ribeiras, Ricardo Jorge Vieira da Silva em substituição de António Manuel Mendonça Borges – Junta de Freguesia de Santa Cruz, Nuno Miguel Aguiar Meneses – Junta de Freguesia de São Brás e Vasco Miguel Valadão de Lima - Junta de Freguesia da Vila Nova. --------

-------- Verificou-se a ausência dos seguintes membros: ----------
-------- Paulo Manuel Ávila Messias – PS, Luís Miguel Vieira Leal – PS, Nivalda de Fátima Meneses Bettencourt – PS, Bruno João Branco Ávila Messias – PS, Clélio Ribeiro Parreira Toste de Meneses – PSD, Bruno César Félix Nogueira – PSD, Cláudia Filipa Gomes Silva – PSD, Francisco Leonel Mendes Simões Ávila – PSD, Paulo

Manuel Martins Luís – PSD, Mónica Andreia Simões Brum – Junta de Freguesia do Cabo da Praia, António Manuel Mendonça Borges – Junta de Freguesia de Santa Cruz, Eduarda Maria Bettencourt Pires – PS e Francisco Alberto de Lima Ourique - PS. --------

-------- À presente reunião apresentaram pedidos de substituição, nos termos do número um do artigo setenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, e que foram aceites, os seguintes membros:----------
-------- Paulo Manuel Ávila Messias – PS, Luís Miguel Vieira Leal – PS, Nivalda de Fátima Meneses Bettencourt – PS, Bruno João Branco Ávila Messias – PS, Clélio Ribeiro Parreira Toste de Meneses – PSD, Bruno César Félix Nogueira – PSD, Cláudia Filipa Gomes Silva – PSD, Francisco Leonel Mendes Simões Ávila – PSD, Paulo Manuel Martins Luís – PSD, Mónica Andreia Simões Brum – Junta de Freguesia do Cabo da Praia, António Manuel Mendonça Borges – Junta de Freguesia de Santa Cruz, Eduarda Maria Bettencourt Pires – PS, Francisco Alberto de Lima Ourique – PS e José Aurélio Coelho Gomes - PSD. ----------

-------- À presente reunião não apresentaram justificação de falta, nos termos do número dois do artigo vinte e nove, da Lei número setenta e cinco de barra dois mil e treze, de doze de setembro, os seguintes membros:----------
-------- ----------

-------- Para além do Sr. Presidente da Câmara Municipal, participaram na sessão os seguintes Vereadores: ----------
-------- Carlos Armando Ormonde da Costa, Tiago Lúcio Borges de Meneses Ormonde, Rui Fernandes Nobre de Castro, Rui Miguel Mendes Espínola e Cláudia Fagundes Martins.----------

-------- Participou a sua falta à reunião, nos termos do número três do artigo quarenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, o seguinte membro da Câmara Municipal: ----------
------- Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos.----------

-------- O **1.º Secretário,** em conformidade com o regimento, informou que pelo facto de faltar o Sr. Presidente da Assembleia deveria ser eleito um membro da Assembleia para integrar a Mesa para que os trabalhos prosseguissem. Questionados os Membros da Assembleia para propostas de candidatura ao lugar de 2.º Secretário, o Grupo do Partido Socialista propôs o nome de Eulália Ferreira Toste Leal e não havendo mais propostas procedeu-se à eleição por escrutínio secreto. Feita a contagem, verificou-se que tinham dado entrada trinta e um boletins de voto na urna, tantos, quantos os membros presentes na Assembleia no momento da eleição e com o seguinte resultado: trinta votos a favor e

um voto contra, tendo pois o referido membro sido eleito, tomando desde logo o seu lugar na Mesa. ----------

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

---------- **ATA DA REUNIÃO DE UM DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZOITO – PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA:**----------
-------- **Submetida a votação, a Ata foi aprovada por maioria, com nove abstenções**.

---------- **ATA DA REUNIÃO DE 29 DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZOITO – TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA:**----------
-------- **Submetida a votação, a Ata foi aprovada por maioria, com seis abstenções**. --

-------- CORRESPONDÊNCIA: ----------
-------- Foi dado conhecimento à Assembleia da existência de correspondência recebida desde a última sessão, a qual ficou à disposição de todos os membros da Assembleia. ----

-------- De seguida foram apresentados os seguintes votos: ----------

-------- Pelo Grupo do PS: ----------
-------- Voto de Congratulação, a todos os intervenientes no processo das habitações no Bairro Americano, em Santa Rita, sublinhando a sua capacidade de entendimento e empenho na busca de uma solução satisfatória para todas as partes, lido pelo Deputado Valter Peres. ----------
-------- **O Deputado César Toste** interveio informando que o PSD se associava ao voto apresentado congratulando-se pelo desfecho do que considerava um enorme pesadelo. ---
-------- **O Deputado Pedro Pinto,** pelo CDS-PP, também se congratulava por finalmente aquela questão ter chegado a uma conclusão satisfatória para toda as partes envolvidas, acrescentando que fora pena devido a várias contingências não se ter resolvido o problema mais cedo. ----------
-------- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). ---------
-------- **Submetido à votação, o voto, foi aprovado por unanimidade.** ----------

-------- Pelo Grupo do CDS-PP:----------
-------- Voto de Protesto, pela atitude do Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória de ameaçar com um processo em tribunal o Dr. Félix Rodrigues, lido pelo Deputado Pedro Pinto.----------
-------- **O Deputado Valter Peres** usou da palavra e pediu ao Sr. Presidente da Câmara esclarecimentos sobre a questão. ----------
-------- **O Sr. Presidente da Câmara** usando da palavra disse que, nos termos estatutários e regimentais da Assembleia Municipal no Período Antes da Ordem do Dia

era raro intervir, mas sendo-lhe pedidos esclarecimentos informou que aquela era uma decisão já tomada e que o texto do voto do CDS-PP não correspondia, em nada, à intenção anunciado pela Câmara Municipal. Acrescentou, dirigindo-se ao Deputado Pedro Pinto, que o conteúdo do voto era dissonante do texto e da decisão tomada pela Câmara Municipal. Explicou que era pura e simplesmente uma ação cível contra declarações sobre a qualidade e segurança do produto e serviço de uma empresa e que, embora não sendo habitual este tipo de ação, atendendo à liberdade de expressão em qualquer país democrático e precisamente pelos valores da liberdade e da democracia, quando se colocava em causa a segurança do produto de uma empresa como a Praia Ambiente, estava simplesmente a defender a qualidade e a segurança do produto que chegava a casa dos munícipes. Questionou qual outra empresa sendo colocada em causa pela segurança dos seus produtos não acionava uma ação judicial voltando a frisar que estavam a falar de uma ação cível para reparação de danos patrimoniais e danos não patrimoniais. ----------

--------**A Deputada Joana Ribeiro** usou da palavra e disse que, apesar das explicações dadas, o grupo parlamentar do PSD associava-se ao voto do CDS-PP.----------

--------**O Deputado Valter Peres** interveio dizendo que os esclarecimentos do Sr. Presidente eram isso mesmo, isto é, tinha esclarecido o assunto, que não se tratava nunca de cortejar a liberdade de expressão, apenas se pretendia ver aferido por uma entidade com competência, os tribunais, se havia ou não dano, se as palavras de uma entidade tinham ou não causado dano e por acharem que havia dano, o grupo municipal do PS, votava contra. ----------

--------**O Deputado César Toste** usou da palavra explicando que, o grupo do PSD associava-se ao voto em discussão como apreciação feita ao Professor Félix Rodrigues, esta não era uma apreciação do momento, mas sim de um percurso e não à apreciação relativa à água da Praia. Disse que a Câmara da Praia deveria seguir esta orientação se estava segura e tinha provas mas tendo sido a água premiada relativamente à sua qualidade, não achava que a situação tivesse causado danos patrimoniais na Praia Ambiente como empresa, ou seja, não havia decréscimo no consumo de água, nem as pessoas se queixavam da água do concelho da Praia da Vitória. Informou que, na opinião do PSD, aquela fora uma atitude antidemocrática, absurda e ridícula, porque o que o Professor Félix Rodrigues falava era a nível científico e que este já tinha contribuído muito para a questão das análises do referido relatório. Relembrou que, o Professor Félix Rodrigues tinha falado na situação do vanádio analisada através do Pico Viana, sendo que na contra análise se verificava que também existia com as mesmas concentrações ou muito próximas, ou seja, o Professor Félix Rodrigues questionava a ciência, mas não era por isso que tinha que ser posto em tribunal. Referiu que, antes de se tomar uma atitude daquelas, dever-se-ia falar com as pessoas, questionar o porquê do Professor Félix Rodrigues ter feito aquilo e reunir com o mesmo, pois ele já tinha dado excelentes contributos para o processo da descontaminação, pelo que o PSD não achava que, naquela altura, aquilo devesse ser feito. ----------

--------**O Sr. Presidente da Câmara** solicitou autorização para intervir, para defesa de honra, pois o Deputado César Toste tinha-o chamado de antidemocrático e achava que

enquanto estivessem num órgão eleito democraticamente e pelos praienses assim o deveria fazer sendo a tal autorizado. Posto isso, começou por dizer que não tinha solicitado autorização para intervir aquando da leitura do voto, pelo Deputado Pedro Pinto, apesar de este fazer referência ao vinte e cinco de abril, mas fazia-o porque o Deputado César Toste tinha sido bastante incisivo na expressão antidemocrático e para quem era eleito e recebia a confiança dos praienses, ouvir uma expressão daquelas não era, propriamente, fácil. De seguida, disse que ia explicar, muito sinteticamente, o Estado em que viviam, isto é, disse que viviam num Estado eleito democrático, denominado de República Portuguesa, havendo vários órgãos de soberania, de entre os quais os tribunais, sendo este um órgão de soberania e democrático, e tal como a liberdade de expressão estava consagrada na Constituição da República e nos diversos diplomas, quer do Código Civil como do Código Penal. Quando essa mesma liberdade de expressão, atingia outra entidade ou outro cidadão, naquele caso em concreto, era entendimento de que atingia o cidadão, pelo que, a sua decisão e a decisão da Câmara Municipal da Praia da Vitória não era antidemocrática, mas sim uma decisão no âmbito das regras democráticas, a não ser que a Assembleia da República tivesse promulgado leis antidemocráticas. ----------

--------**O Deputado Pedro Pinto** usou da palavra e disse que, o Professor Félix Rodrigues, desde dois mil e oito denunciava e chamava a atenção para as questões da contaminação dos solos e aquíferos da Praia da Vitória. Acrescentou que, durante alguns anos, o Professor Félix Rodrigues tinha trilhado aquele caminho sozinho, contra tudo e contra todos e estava bem presente, na sua memória, uma famosa manchete do Diário Insular em que o antecessor presidente da Câmara, Roberto Monteiro, também havia ameaçado o Professor Félix Rodrigues com um processo. Disse que, efetivamente, o Professor Félix Rodrigues vinha sendo uma voz muito incómoda naquele processo porque era muito chato alguém perceber alguma coisa de química, ter algum espírito crítico e conseguir ler um relatório e dele extrair dados, o problema era não ser um único relatório mas a sequência de vários. Havia toda uma história da denúncia que o Professor Félix Rodrigues tinha feito, pioneiramente, dos vários relatórios do LNEC e, acompanhando toda aquela história, o Professor Félix Rodrigues já tinha sido muito mais incisivo e muito mais veemente do que havia sido no último artigo de opinião, onde até reconhecia e enaltecia o facto de os parâmetros estarem a diminuir. Acrescentou que, o que era incómodo eram as perguntas que o Professor Félix Rodrigues fazia, cuja resposta não aparecia no relatório do LNEC, ou seja, resposta à razão pela qual eles estavam a diminuir. Disse que, o Sr. Presidente tinha arranjado um subterfugio legal acerca do produto e do serviço que a Praia Ambiente dava, que por sua vez, era matéria-prima de muitas outras empresas e, portante, estava a ser colocada em xeque toda uma economia local, o que não era verdade. Referiu que, talvez no passado, com outras afirmações e com outros artigos de opinião aquilo tivesse algum fundamento, mas não com o artigo de opinião em causa.----------

--------**O Deputado Valter Peres** usou da palavra e informou que o esclarecimento sobre o que tratava a ação, para a bancada do PS, tinha sido claro. Acrescentou que, era preciso tirarem os filtros, pois na contemporaneidade estavam sempre a colocá-los em

cima das coisas para justificar a narrativa. Referiu que, aquela situação se tratava de uma ação cível, pelo que podiam interpretá-la como quisessem, mas tratava-se apenas disso, tal como havia sido esclarecido. Posto isso, disse que sobre a parte técnica, mais à frente, pedia ao Sr. Presidente que tivesse em atenção aquelas explicações. Quanto à questão de se impedir a liberdade de expressão, no entender da bancada do PS, não era disso que se tratava e mantinham o voto contra. ----------

--------**O Deputado César Toste** usando da palavra disse que era verdade, que em democracia tinham todo o direito de não concordar e achavam que a liberdade de expressão, perante o artigo que tinha sido feito, não tinha causado danos patrimoniais, não havia objeto para que aquilo fosse em frente. Acrescentou que, a Praia da Vitória, relativamente ao processo de descontaminação, já tinha sido alvo, e até chamada de *toxic paradise*, de vários comentários e já podia estar de rastos devido a isso, mas esta tinha comprovado, não pela Câmara, mas por um prémio da ERSARA, a sua qualidade pelo que era isso que se esperava da Câmara da Praia da Vitória, a resolução através de bom exemplo e não recorrendo aos tribunais. Informou, considerar aquela situação abrir um precedente, isto é, que era quase como dizer que não falassem sobre a situação, que não questionassem a ciência, que não questionassem se havia uma situação que precisava ser estudada, porque a Câmara da Praia poderia colocar em tribunal. Disse que esta decisão contava para a opinião pública por mais democrática que fosse e, eventualmente, quem quisesse falar sobre outro assunto relacionado com a Câmara da Praia, ia começar a pensar que o Sr. Presidente o ia pôr em tribunal. Concluiu dizendo ao Sr. Presidente que este tinha de pensar como praiense e olhando para todos os praienses. ----------

--------**O Deputado Paulo Homem** interveio e disse achar que o Professor Félix Rodrigues, com tudo aquilo tinha trazido uma coisa fantástica e passou a citar *"…nunca ninguém antes tinha efetuado análises com tal detalhe na ilha Terceira…"*. Relativamente ao órgão de soberania e institucional, disse que lhe parecia dois pesos e duas medidas, porque tinha havido um desrespeito institucional perante o relatório do Tribunal de Contas no contraditório e o Sr. Presidente poderia dizer que aquele relatório manchava e causava danos não patrimoniais à Praia da Vitória, pelo que achava que não se podia ter dois pesos e duas medidas. Concluiu dizendo que, o princípio era o mesmo, que o Sr. Presidente podia usar os sofismas habituais, mas o princípio era exatamente o mesmo.----------

--------**O Deputado Valter Peres** usou da palavra e disse julgar que aquelas últimas intervenções pediam, mais uma vez, esclarecimentos ao Sr. Presidente, porque eram importantes de ser esclarecidas.----------

--------**O Sr. Presidente da Câmara** iniciou a sua intervenção explicando o regimento, isto é, disse que no período que decorria, o Presidente da Câmara só podia intervir se lhe fosse solicitado algum esclarecimento, por algum membro da Assembleia. Disse que, a última intervenção tinha sido em defesa da honra e que os vereadores só poderiam intervir em defesa da honra, caso contrário só poderiam intervir no período seguinte. Posto isso, dirigiu-se ao Deputado César Toste e explicando a questão do desrespeito institucional do Tribunal de Contas, disse que, ou não percebiam mesmo, ou os

conceitos de estado de direito democrático não estavam bem patentes e tentavam levar a questão para as faltas de respeito institucional, para o atentado à liberdade de expressão, eventualmente porque talvez não soubessem o que era o estado democrático, porque a partir do momento que uma Câmara Municipal tinha um relatório e uma decisão e, essa Câmara Municipal recorria dessa decisão, era como qualquer outra entidade ou cidadão que recorria de uma decisão. Disse achar que, na vida pessoal de cada um, os tribunais, os advogados e os juízes eram fruto da boa convivência democrática e do estado de direito democrático, que era um direito que assistia a todos os cidadãos, perante uma decisão judicial, de poderem recorrer. Acrescentou que, a decisão da Câmara Municipal, no âmbito da sua legitimidade democrática, tinha sido a de recorrer, mas parecia que a Câmara recorrer de uma decisão era um desrespeito pelos tribunais. Referiu que, lamentava dizer que, para a bancada do PSD da Praia da Vitória, todos os dias aconteciam desrespeitos nos tribunais, porque os cidadãos recorriam de decisões de primeira instância nos respetivos tribunais. Quanto ao esclarecimento da questão do Deputado César Toste, disse que estavam a falar de uma ação sobre um produto que era servido por uma empresa e em que era atacada a segurança da mesma. Relembrou que, o referido produto era matéria-prima de outras empresas. De seguida, disse que era importante recordar o que, nas últimas jornadas agrícolas, realizadas na Vila das Lajes, o setor agrícola tinha dito sobre a matéria em causa e se o PSD e o CDS-PP achavam que não havia danos patrimoniais, se dominavam os conceitos ou não, era outra história, mas a recomendação que deixava era, caso entendessem, que reunissem com os representantes dos empresários da ilha Terceira e da Praia da Vitória e com o setor agrícola, onde a água era matéria-prima fundamental, e perguntassem a eles o que achavam daquela situação.----------

-------- **O Deputado César Toste** usou da palavra e disse que os lavradores e a parte agrícola estavam preocupados com os pontos de acesso de água, pois mais importante do que o facto de a água ter qualidade ou não, é precisarem dela e muitas vezes terem que percorrer quilómetros para ir buscar fontes de água e isso era o que deveria preocupar o Sr. Presidente, em primeira instância. Acrescentou que, quando o Sr. Presidente estava a falar numa empresa, tinha que pensar que a empresa estava dentro da Câmara Municipal da Praia da Vitória e antes dos tribunais havia o diálogo, isto é, em democracia era muito importante o diálogo. Dirigiu-se ao Sr. Presidente e disse que, antes do tribunal, este deveria ter reunido com o Professor Félix Rodrigues e ter pensado, porque se a situação do vanádio tinha sido questionada por ele, para bem da saúde pública, para tentar esclarecer uma situação e se as análises tinham sido feitas para considerar o vanádio, era porque havia uma dúvida e ela tinha sido esclarecida. Posto isso, questionou o porquê de não se ter colocado o processo há mais tempo, pois ele tinha continuado a escrever e só naquela altura é que a Praia Ambiente o considerou danos patrimoniais. ----------

-------- **A Deputada Joana Ribeiro** usou da palavra e disse que uma ação nunca era só uma ação, isto é, havia recursos envolvidos, custas, pelo que houvesse bom senso. -------

-------- **O Deputado Pedro Pinto** usou da palavra e disse que a forma como tinha sido anunciada a ação cível por danos patrimoniais e não patrimoniais, só os podia deixar

interpretar que se tratava de uma perseguição e de uma tentativa vergonhosa de silenciamento. Relembrou que, como já havia dito, desde dois mil e oito que o Professor Félix Rodrigues vinha denunciando aquela situação, pelo que tinha havido muitos anos para o processarem, tal como também já havia dito que o anterior presidente da Câmara havia ameaçado fazê-lo publicamente e não deixava de ser curioso que, antes de terminar o último mandato autárquico e durante todos aqueles quatro anos, a questão da poluição e da descontaminação tivessem sido abordadas, naquela Assembleia, inúmeras vezes e inúmeras vezes o Sr. Deputado do PS, Norberto Messias, fazia declarações afirmando que não havia problema, que estava tudo bem, que os outros deputados eram uns alarmistas e não deixava de ser curioso que, depois da última Assembleia Municipal que ele tinha estado presente, tendo-se despedido e dado como certa a sua ausência na última Assembleia Municipal do mandato, poucas semanas depois, o ainda Deputado Norberto Messias, eleito pelas listas do PS e docente da Universidade dos Açores, tivesse feito publicar ou divulgar dados científicos que, segundo a divulgação, correlacionariam a incidência de cancro com a contaminação provocada pela atividade dos militares norte-americanos. Posto isso, disse que não tinha visto o Sr. Presidente da Câmara, nem ninguém do PS a insurgir-se contra aquelas declarações, pelo que, havendo naquele momento aquela ação, cirurgicamente direcionada ao Professor Félix Rodrigues, sem que se falasse de outras pessoas, de outras vozes que também já haviam denunciado ou tinham tentado correlacionar a poluição com casos de saúde pública, não deixava de ser curiosa aquela atitude e levava legitimamente à interpretação de que estavam perante uma perseguição. ----------

--------**O Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra e pediu a defesa da honra, pois uma vez mais tinha sido acusado de tentativa vergonhosa de silenciamento e de perseguição, a qual foi autorizada. Assim sendo, disse que, e também respondendo a outras questões ali levantadas, desde que tinha assumido a presidência que tinha tentado manter o diálogo e falar com as pessoas, inclusive havia questões que tinham sido referenciadas e que já tinham sido faladas, inclusive no debate televisivo, em que tinham sido explicadas ao Professor Félix Rodrigues, bem como tinha respondido, no Diário Insular, ao último artigo que este tinha escrito sobre a qualidade da água. Acrescentou que, não ia estar constantemente a frisar a qualidade da água, pelo que, a partir do momento que havia alguém que colocava em causa o produto e o serviço fornecido pela Praia Ambiente e a sua segurança, ia responder por isso, porque aquilo tinha que acabar, por isso repetia a sugestão de reunirem com os empresários. Relativamente ao silenciamento, ao Professor Félix Rodrigues e às questões a isso associadas, disse que todos os dados e estudos científicos tinham sido solicitados, inclusive os do Professor Félix Rodrigues, à Universidade dos Açores, sendo que a resposta era de que não existia e disse que mais à frente poderia desenvolver aquela matéria. Posto isso, disse que, em nome da defesa de honra, não era uma tentativa vergonhosa de silenciamento, porque podiam falar sobre os temas que entendessem, não podiam era provocar dano à empresa Praia Ambiente, tal como ele, enquanto cidadão, também não podia provocar dano a dizer que qualquer empresa não tinha produtos que garantissem a segurança, porque viviam num estado de direito democrático, e ainda,

quando o produto e o serviço da Praia Ambiente era matéria-prima de muitas empresas do concelho. Informou que, não se tratava de uma perseguição ao Professor Félix Rodrigues e que este era o único, de todas as pessoas e de todos os cidadãos que bem ou mal falavam do assunto, que colocava em causa a qualidade e a segurança da água da Praia da Vitória e do produto e do serviço da Praia Ambiente. Acrescentou que, sempre haviam separado duas questões, ou seja, uma coisa era o dossiê descontaminação e outra, completamente distinta, era a água que chegava a casa das pessoas e aquele era um ponto de honra, porque o dia que a contaminação chegasse aos furos, e sempre tinha afirmado, seria ele a comunicar a situação aos praienses. Disse que, havia uma questão fundamental, isto é, quando alguém dizia que uma empresa não tinha, no seu produto, a segurança e a qualidade, também estava a repercutir no acionista aquela responsabilidade, daí a responsabilidade de todos em garantir essa qualidade e segurança, porque essas vinham sendo mantidas e ia continuar a acontecer. ----------

-------- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). ---------

-------- **Submetido à votação, o voto, foi rejeitado por maioria, com treze votos a favor, doze do PSD e um do CDS-PP e dezanove votos contra do PS.** ----------

-------- Pelo Grupo do PS: ----------

-------- Voto de Congratulação, pelo facto de o Governo da República ter assumido, definitiva e claramente, os custos relacionados com a monitorização dos impactos e fornecimento de água às populações afetadas na Praia da Vitória pelos problemas decorrentes da pegada ambiental causada pela presença militar norte-americana na Base das Lajes, lido pelo Deputado José Laranjo. ----------

-------- **O Deputado César Toste** usou da palavra e disse que o PSD se associava ao voto, defendendo que o Governo da República, naquele caso, não fazia mais do que a sua obrigação. Acrescentou que, era derivado à pressão da Câmara e de todos os partidos, não só a nível da Assembleia Regional, do Governo Regional, da Assembleia da República, que estava a dar aqueles resultados. Era importante que se continuasse a salientar que apesar de ser muito importante para a Praia, a Base das Lajes já tinha dado muito e durante muitos anos, ao Estado português, ou seja, muito mais do que este estava a fazer naquele momento pela Praia da Vitória. Concluiu dizendo que, era de louvar que o fundo ambiental tivesse sido transformado em protocolo, mas que o Governo da República tivesse sempre o discurso de que estavam a defender e a honrar aquilo que, durante muitos anos, a Base das Lajes tinha dado, nomeadamente, ao Estado Português. ----------

-------- **O Deputado Pedro Pinto** usou da palavra e disse que, obviamente, que o Estado Português, finalmente, estava cumprindo com a norma da lei de Finanças Regionais, em que deveria assumir os encargos dos passivos ambientais deixados por forças militares estrangeiras estacionadas em território nacional, pelo que, obviamente, que o CDS se associava e congratulava por, finalmente, haver essa admissão da existência do passivo ambiental, por haver aquela assunção da responsabilidade, consagrada em lei, e que tinha que ser materializada em muito dinheiro, para reduzir a

pegada ambiental e reabilitar tudo o que estivesse contaminado, quer fossem solos, águas, aquíferos ou serviços conexos. ----------

-------- **O Deputado José Laranjo** usou da palavra e disse que, a bancada do PS ficava satisfeita por os outros grupos se associarem a ela. Disse que, e pegando nas palavras do Deputado Pedro Pinto, o PS nunca havia dito que não havia contaminação, pelo menos desde que ele ali estava, pelo que se desenganasse quem dissesse que o PS havia dito que não havia contaminação, mas o que sempre tinham feito questão de afirmar era que iriam lutar, até às últimas consequências, para que alguém assumisse a descontaminação que vinha de longa data. De seguida, disse que aproveitava a oportunidade para congratular a pessoa que tinha tomado a iniciativa de, finalmente e tendo em conta uma sugestão da Deputada Joana Ribeiro, naquele dia terem água da Praia para beber. Disse que, pegando nas palavras do Deputado César Toste e Pedro Pinto, toda a gente vinha dizer que o Governo da República não tinha feito mais do que a sua obrigação, o que era verdade, mas também não era menos verdade que aquela obrigação não era daquele momento, isto é, já vinha de longa data, desde dois mil e dez/onze, pelo que tanto quanto sabia, nessa altura, o Governo da República não era do PS. Concluiu dizendo que, quando os resultados eram positivos, toda a gente queria tirar proveito/louros e esqueciam-se da responsabilidade que tinham tido anteriormente e relembrou, ainda, que, de facto, tinha havido um Sr. Ministro, a nível nacional, que era muito bom em águas, mas era para comprar submarinos. ----------

-------- **O Deputado Pedro Pinto** interveio e disse que, efetivamente, o insigne político nacional que tinha comprado os submarinos, atualmente estava sentado na presidência das Nações Unidas, ou seja, era o Secretário-geral das Nações Unidas e é que tinha dado inicio ao processo, e ainda bem que o tinha feito, sendo que apenas lamentavam que tivessem sido só dois, porque com a área que havia precisavam de bem mais, sendo que isso tinha sido afirmado pelo político a quem o Deputado José Laranjo se queria referir. Acrescentou que, a polémica dos submarinos se devia ao referido, porque de facto havia dados que constatavam que se devia ter mais submarinos, sendo que não os tinham porque não havia dinheiro para tal. Disse que, tinha sido esse tal outro governo que tinha colocado, na Lei das Finanças das Regiões Autónomas, a obrigação legal do Estado português assumir o passivo ambiental, causado por forças militares estrangeiras estacionadas em território nacional, se mais não tinha feito, tinha sido porque as circunstâncias económicas do país, herdadas de um outro governo, não o tinham permitido, sendo que, depois de reabilitadas as finanças nacionais, os cidadãos portugueses tinham decidido votar noutros partidos para governarem o país, pelo que tinham cortado as hipóteses que esse governo teria de executar a norma que havia colocado na lei. Concluiu dizendo que, era obvio que se congratulavam por ver um governo, fosse de que cor fosse, a cumprir com a lei, sobretudo se o referido cumprimento resultasse em benefícios para todos os portugueses e, no caso em particular, para os praienses que viviam na Praia e com, de acordo com o texto apresentado, contaminação. ----------

-------- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). ---------

-------- **Submetido à votação, o voto, foi aprovado por unanimidade.** ----------

-------- Pelo Grupo do PS: ----------
-------- Voto de Congratulação, pela certificação da Base das Lajes para utilização permanente da aviação civil, reconhecendo a ação da Câmara Municipal da Praia da Vitória, do Governo dos Açores e do Governo da República nesse processo, cuja concretização influi, decisivamente, na estratégia de desenvolvimento económico e social deste concelho, da ilha Terceira e dos Açores, lido pelo Deputado José Laranjo.---
------- **O Deputado César Toste** usou da palavra e disse que, o grupo municipal do PSD se ia associar ao voto apresentado, porque, realmente, aquela certificação era um passo e era importante que não fosse um passo que ficasse só por ali, porque aquela situação tornava, no papel, aquilo que o bom senso já fazia, ou não fazia, derivado às várias interpretações, dos vários comandantes que iam chegando. Informou que, em reuniões com o comandante da zona aérea dos Açores, este dizia que a Base das Lajes sempre tinha estado aberta para que as escalas técnicas chegassem à Terceira da melhor forma, mas o entendimento, muitas vezes, não era igual em todos os comandantes, pelo que, aquela situação tinha agilizado e tornado claro a mesma. Acrescentou que, aquele passo, perante a escala que tinham do aeroporto/da Base das Lajes era importante para que, assim, se valorizasse mais.----------
-------- **O Deputado Pedro Pinto** usou da palavra e disse que o CDS-PP se associava ao voto, pela agilização da utilização da pista da Base das Lajes para uso civil. Disse que, obviamente, que aquele era um entrave que se colocava há demasiado tempo à economia da ilha Terceira, que várias vezes o CDS-PP tinha denunciado aquela situação, pelo que se congratulavam por, finalmente, mais aquela questão estar resolvida. ----------
-------- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). ---------

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

-------- Pelas onze horas e quinze minutos iniciou-se o período da Ordem do dia.----------

-------- **1. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**.----------
-------- Não houve intervenções. ----------

-------- **2. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DA INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL DESENVOLVIDA NO PERÍODO DE 12 DE JUNHO A 3 DE SETEMBRO DE 2018;** ----------
------- **O Presidente da Câmara Municipal** apresentou o documento e, relativamente ao processo de aquisição de terrenos no Bairro de Santa Rita, salientou o grande esforço que o Dr. Álvaro Monjardino havia feito, da forma, também, como tinham conduzido as negociações, isto é, sempre por escrito e que tinha sido feito um esforço muito grande de consensualização do Dr. Álvaro Monjardino e de todos os proprietários. ----------

--------**O Deputado José Laranjo** iniciou a sua intervenção dizendo que, dava gosto ver o Sr. Presidente e a sua equipa satisfeitos com os resultados atingidos, mas, sinceramente, tinha um lamento a fazer, isto é, na passada Assembleia Municipal tanta gente ali tinha estado, por causa da questão das casas de Santa Rita e, naquele dia, não só do público, como também das bancadas, que os tinham agoirado tanto mal, não estivessem presentes para, mais que não fosse, ouvirem aquilo que tinham a dizer. Posto isso, disse lamentar que assim tivesse acontecido, pois se tinham que criticar quando as coisas corriam mal, também tinham que elogiar quando as coisas corriam bem e quem tinha anunciado, naquela sala, que esperava que, no passado mês de junho, o Sr. Presidente já tinha a obrigação de ter dados e a obrigação de trazer a resolução feita, relativamente à Serra de Santa Rita, naquele dia ninguém sabia onde essas pessoas se encontravam e, também, pelos vistos, o passeio de autocarro pela Serra de Santa Rita tinha produzido os seus frutos.----------

--------**O Deputado César Toste** interveio e disse que, da atividade da Câmara, a situação do Bairro de Santa Rita era aquela que ficava mais premente de análise política. De seguida, dirigiu-se ao Deputado José Laranjo, e informou que, no dia anterior, aquando da sua intervenção sobre o Bairro de Santa Rita, dizia que se congratulava com a situação a que se havia chegado, que congratulava com a situação que a Câmara, naquele tempo, tinha promovido no apoio aos moradores, mas, relembrou que não podiam esquecer de como tinham chegado ali, isto é, havia um historial que os levava até ao presente dia e se realmente tinha atingido aquela pressão, tinha sido por causa dos despejos, pois caso contrário, na opinião do PSD, aquilo não tinha acontecido daquela forma. Acrescentou que, estavam a falar de muitos anos, que podiam atribuir culpas a A, B, C, D, E e que, há bem pouco tempo, aquando da Comissão Parlamentar, se tinha falado num valor inicial de três milhões, depois o Dr. Álvaro Monjardino tinha entrado na referida Comissão a falar em três milhões e meio e, atualmente estavam a falar em quatro milhões. Disse que, era verdade que o pesadelo tinha acabado, que o caso se tinha resolvido e havia que chegar a entendimento, mas tinham um historial que não podia ser esquecido e olhando para trás fazendo queixas uns dos outros, iam-se magoar, porque todos tinham culpa no processo. Disse que era de congratular aquele processo, mas queria deixar duas notas relativamente ao Sr. Presidente da Câmara, que tinham ficado tristes que o Sr. Presidente se tivesse deslocado ao Faial e tivesse optado por fazer a apresentação pública, da situação em discussão, na Assembleia Regional e que tinham tido conhecimento, através da Sra. Secretária, que tinha sido o Sr. Presidente a promover aquela situação, dentro do espaço da Assembleia Regional, e que a Sra. Presidente da mesma não lhe havia dado permissão, pelo que tinha ficado toda a gente estupefacta, quando o Sr. Presidente devia, na opinião do PSD porque eram os moradores e os proprietários os principais interessados, ter feito aquela conferência de imprensa, naquele dia, no Bairro de Santa Rita. A outra questão estava relacionada com os quatro milhões, ou seja, disse que o processo estava muito no início, mas precisavam ter mais explicações relativamente aos mesmos. Relembrou que, o Sr. Presidente tinha dito que tinha a solidariedade do Governo Regional, do Governo da República, mas gostavam de saber em que termos

financeiros, pois o Sr. Presidente dizia que iam ter um esforço de tesouraria para pagar um milhão, pelo que, questionou se era a Câmara da Praia que ia suportar, sozinha, esse valor. - ----------
-------- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que tinham chegado ali porque em dois mil e cinco tinha havido um presidente de Câmara chamado Roberto Monteiro, uma Paula Ramos e um Carlos Armando que tinham dito que iam agarrar aquele assunto, porque até ali nunca ninguém quis saber do mesmo. Informou que, havia mais casos parecidos na Região, em que as Câmaras fugiam do assunto, porque sabiam que eram difíceis e complicados. Tinham sido aquelas três pessoas, em conjunto com outras, que tinham dado início ao processo, enquanto outros tinham ficado à espera deles falharem e em todas as falhas estavam lá para criticar, nunca assumindo qualquer solução para o desfecho. Disse que, naquele dia e no anterior, todos falavam, à boca cheia e com uma superioridade moral sobre a solução para o Bairro de Santa Rita, mas nunca ninguém tinha apresentado qualquer solução, sendo que o próprio Requerimento não tinha qualquer solução para o futuro. Acrescentou que, tinha vindo uma líder de um partido à Região que tinha dito que, relativamente à solução, alguém que resolvesse, mas estavam preocupados. Relembrou que, na última Assembleia Municipal, depois de confrontados quanto a soluções, tinha-se debitado um conjunto de soluções, que tinham sido, categoricamente desmentidas, pois não eram soluções rápidas e ágeis, pelo que se até ali se tinha chegado devia-se às referidas três pessoas, ao seu esforço e, principalmente, porque tinham tomado a decisão da Câmara Municipal ser líder do processo em causa. De seguida, relembrou que quem trabalhava errava, também falhava, mas nunca tinham perdido o objetivo e dali para a frente, nos próximos seis meses, ainda tinham muito trabalho a fazer e também iam errar nesse período, bem como criar condições; que era extremamente difícil criar regras cem por cento infalíveis para noventa e sete agregados familiares com a especificidade e a quantidade de condições que essas famílias tinham, pois era uma diversidade social muito grande. Admitiu que, ia ser impossível arranjar uma solução num curto espaço de tempo cem por cento infalível, naquelas questões, mas iam tentar e queriam o contributo de todas as pessoas para isso, nas soluções para tal. Relativamente à intervenção do Deputado Laranjo, disse que na última Assembleia tinha contido muitas situações e tinha sido gozado, por um Deputado que não estava presente, por causa de um passeio de autocarro que tinha dado com deputados da Assembleia da República e disse que se lembrassem desse mesmo passeio, pois dali a alguns meses voltariam a falar nele. De seguida, disse que, da mesma forma que para muitos não conseguiam esconder o desconforto da forma célere, ágil e rápida que tinham conseguido o acordo, dali para a frente e nos próximos seis meses, iam continuar a ter muitas surpresas ágeis, céleres e positivas para a resolução daquele processo. Quanto ao esforço de tesouraria, respondeu que era a Câmara que o ia assumir, ia gerir e efetuar os pagamentos e a partir dali, a partir do acordo assinado, havia o início de procedimentos administrativos e financeiros legais e obrigatórios. Acrescentou, ainda, que era necessário recolher vistos do Tribunal de Contas, ir a reunião de Câmara, à Assembleia Municipal, era necessário que o Regulamento, que definia os critérios já mencionados, tais como, de quem é que

comprava, quem ia para contrato de arrendamento, etc., fosse ali deliberado, tudo isto queria dizer que iam ter muito trabalho, que até poderia ser necessário a realização de Assembleias Municipais extraordinárias. Informou que, para já, o que ia ser necessário, no empréstimo de curto prazo, era ao invés de ser o habitual um milhão, teria de ser mais um pouco, até esperarem que os moradores pagassem à Câmara Municipal e pelas transferências das entidades que iam ser solidárias com a Câmara. Acrescentou que, tinham condições para tal, pois ao contrário do que havia sido dito, há duas Assembleias Municipais, de estarem numa situação catastrófica e de terem que aumentar impostos, tinham ainda a capacidade de assumir aquele aumento de tesouraria. Posto isso, referiu que quando se dizia e entendia que a Câmara Municipal estava sem condições financeiras para ter as respostas, a Câmara dizia que estavam ali com soluções para as pessoas e com capacidade financeira de fazer o suporte de tesouraria, sabendo que o PSD não o achava, mas iam demonstrar, uma vez mais, que tinham.----------
--------**O Deputado Valter Peres** interveio e acrescentou que, já havia falado sobre o facto de alguns assuntos e algumas formas de trabalhar serem gozadas, mas pediu que tivessem cuidado porque eram coisas sérias e a política tinha milénios, isto é, não é coisa de brincar, a contemporaneidade é que costumava brincar com ela e ganhar um trunfo, um argumento era muito bonito para se rirem com os seus mas ali ficava em ata e havia coisas mais sérias. Relativamente ao Bairro de Santa Rita, disse que estava muito feliz, muito orgulhoso, não pelo seu trabalho ali, pois este tinha sido muito pouco ou nenhum, mas porque na contemporaneidade, no tempo em que ele existia, tinha sido possível resolver um problema de há muito tempo. Referiu que, as palavras do Deputado Laranjo faziam sentido, porque, naquele momento se tivesse à sua frente quem tinha tido um comportamento, na sua opinião, não correto enquanto aquelas pessoas estavam a sofrer, agora argumentaria, porque as pessoas quando não o faziam não era por não saberem, mas era sim por não quererem e certos argumentos respondidos levam a uma briga. De seguida, disse que queria salientar uma expressão do Deputado Pedro Pinto, pois aquela gestão nem um ano tinha e ele dizia "*…mais esta questão está resolvida…*", ou seja, ainda bem que o Sr. Deputado pensava daquela forma e ainda bem que votando em conjunto pensassem que mais uma questão estava resolvida. Continuou dizendo que, na política, era preciso não ter o descaramento que a fizesse corar, porque dizer "*nunca*" e "*isto só aconteceu porque houve despejo*", estava registado em ata e assim como uma série de votos, ali votados favoravelmente, de quem sempre havia estado ao lado dos moradores e tinham sido os executivos do PS, pois durante muitos anos tinha havido Governos da República de todas as cores que não tinham feito qualquer pressão, pelo que não era uma questão de pressão, mas sim de competência, de um trabalho competente, de persistência e aquela equipa, que nem estava a governar há um ano, tinha conseguido mais um resultado. Posto isso, disse que ficava feliz e orgulhoso, não por ser aquela equipa, mas porque no seu tempo tinha sido possível resolver-se aquele assunto. Efetivamente era uma luz ao fundo do túnel e todos sabiam disso, por isso, estava ansioso e esperava que todos ajudassem para que novos passos fossem dados. Concluiu dizendo que, sempre haviam estado ao lado, e com isso não estava a dizer que os outros não tinham estado, que aquela equipa se tinha

empenhado, não no registo de pedir dinheiro aos americanos por sempre terem usado a Base, que era o que tinha sido dito na última Assembleia, mas tinham resolvido o problema, que eventualmente poderia ter falhas, mas esperava que, pelo menos, fosse valorizado aquilo que se tinha conseguido, pois era histórico e estava orgulhoso por isso.--- ----------

-------- **O Deputado César Toste** dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara, disse que, quem dizia coisas da situação financeira da Câmara Municipal não era o PSD, era o Tribunal de Contas e o que o PSD tinha analisado era isso mesmo, se o Sr. Presidente não concordava, não havia problema. Relativamente ao assunto em discussão e sobre o facto do Sr. Presidente ter dito que tinham sido o Dr. Roberto Monteiro, a Dra. Paula Ramos e o Sr. Carlos Armando Costa que tinham resolvido a situação, disse que se tinha chegado a um finalmente e ia-se ter ali a questão do pai da criança, isto é, tinha-se chegado ali por uma questão da urgência, porque se fossem noventa e quatro famílias para a rua onde se ia colocar tanta gente no concelho da Praia da Vitória. Acrescentou que, a pressão da situação ou seja os despejos, tinha feito com que o assunto se resolvesse mais depressa, porque aquela questão já se arrastava há muito tempo. Informou que, não estava a dizer que as pessoas não tinham estado lá e repetiu que as culpas eram de muitos, mas o processo tinha sido mal conduzido, pois tinha-se prometido coisas às pessoas que não se podiam cumprir, como a questão do dinheiro, não se tinha chegado a entendimento sobre o valor, nem a qualquer acordo, pelo que a questão precisava de pressão e tinha-se desenvolvido por causa dos referidos despejos. Relembrou que, o Dr. Pedro Corvelo tinha chegado a dizer, em Comissão, aos moradores, que era para arrastar os processos, uma vez que não havia mais nada a fazer, o que mostrava que tinha sido preciso acontecer aquela situação, para se criar um clima em que se desenvolvesse a pressão e, mais uma vez, o PSD congratulava-se por ter chegado àquela situação. De seguida, dirigiu-se ao Deputado Valter e disse que não era uma questão de colocar filtros, mas sim uma questão de ver a realidade, pois eram quatro milhões, valor este que o Governo Regional, mas maioritariamente o Governo da República, tinha que ter, não podia ser, simplesmente, a Câmara Municipal. Disse louvar a Câmara Municipal de se querer chegar à frente, mas o Governo da República tinha também responsabilidades, declaradas em Comissão, por isso tinha que se chegar à frente. Depois disso, e na sequência da intervenção do Deputado José Laranjo, disse que o país não tinha só quatro anos, que havia muito mais para trás e que era preciso não esquecer isso, porque tudo contava. Acrescentou que, ainda bem que se tinha resolvido aquela situação, mas naquele momento, perante aquela situação e os quatro milhões, era importante que se exigisse ao Governo da República, e era isso que também tinha sido posto na Assembleia Regional, responsabilidades. ----------

-------- **O Deputado Pedro Pinto** interveio e disse que, atendendo apenas à questão "solução" e ignorando, deliberadamente, o passado histórico da questão, o CDS-PP congratulava-se com aquela solução, desde que fosse satisfatória para todas as partes, algo que, aparentemente, seria. De seguida, disse que vinha um longo caminho, para estabelecer regras, operacionalizar tudo aquilo, e que não ia ser um caminho fácil, mas o CDS, obviamente, estaria ali para dar o seu contributo, sempre crítico porque disso não

abria mão. Disse esperar que fosse uma solução justa para todas as partes, sendo que nestas o CDS incluía os restantes habitantes, pois não se podiam esquecer que estavam a criar uma solução excecional, para um caso excecional e que poderia haver outros casos, igualmente excecionais, com contornos jurídicos semelhantes e que seria legítimo reclamarem uma solução semelhante, pelo que esperavam que as regras que conseguissem consensualizar, fossem o mais eficazes possível, para evitar aproveitamentos, mais ou menos lícitos e que se resolvesse um problema social daquelas famílias e que os proprietários ficassem, minimamente, satisfeitos com a solução financeira encontrada. Quanto à questão da Câmara ter ou não dinheiro, de ser cofinanciado por A ou B, de certeza que iam ter muitas Assembleias Municipais para discutir o assunto, pelo que reservava todos os seus torpedos para situações futuras. ------ --------**O Presidente da Câmara Municipal** usou da palavra e, dirigindo-se ao Deputado César Toste, disse que não tinha sido ele que tinha feito pais da criança nem invocado o passado histórico, apenas tinha respondido à pergunta colocada, indicando quem tinham sido as pessoas que tinham assumido o assunto como sendo um problema em que a Câmara deveria intervir e, mais do que isso, tinham sido as pessoas que tinham deixado a política da equidistância da Câmara Municipal relativamente a esse assunto. Disse que, muito provavelmente quando essas três pessoas tinham prometido, nem sabiam na complicação jurídica que se estavam a meter, mas não tinham prometido coisas a mais, não tinham prometido coisas que o Sr. Deputado pensava ou que queria deixar passar, mas o que tinham prometido, e que iam cumprir, era que as pessoas tivessem as suas habitações legalizadas. Reforçou que, aquele sim era o compromisso e iam chegar ao dia em que iam tê-lo assumido, iam ter muito trabalho pela frente, iam discutir ainda bastante com os moradores, iam ter que consensualizar, ia haver momentos difíceis e iam falhar, ainda, durante aquele processo, ou seja, iam ter seis meses de muito trabalho pela frente, mas não fugiam às suas responsabilidades, não baixavam os braços perante as adversidades e iam estar ali para fazer as respetivas escrituras e cumprir com aquilo que tinha sido assumido e disse achar que isso, enquanto compromisso de alguém, quando todos queriam era estar equidistantes e estavam à espera de se falhar para tentarem tirar louros das falhas, como se havia tentando na última Assembleia, não baixavam os braços. Voltando à questão dos quatro milhões, disse que aquele era um acordo que englobava todos os direitos, isto é, não era comprar um terreno que antes custava três milhões e agora custava quatro, eram todos os direitos que estavam associados, pelo que aquelas eram duas questões bastante distintas e não era só as rendas, também o próprio prazo dos pagamentos, os acertos necessários e o tempo em que acontecia, porque era necessário deliberarem ali um orçamento, bem como um conjunto de deliberações administrativas e financeiras. Acrescentou que, relativamente ao tempo que tinham para preparar tudo, preparar os documentos para trazer a deliberação, estavam a correr um enorme risco, sendo talvez necessário a realização de Assembleias Municipais extraordinárias, que, caso viessem a acontecer, ao contrário da realizada pelo PSD, que tinha sido uma tentativa de falar sobre o passado, seriam para falar do futuro e de soluções para as pessoas. Relativamente ao Governo da República e à sua forma de reivindicar, repetiu a questão

se ainda se lembravam de ele ter sido gozado por causa da visita de autocarro, com pessoas do Governo da República, de todos os partidos, e que se lembrassem desse mesmo passeio, porque a sua forma de estar era, sendo que isso também vinha sendo discutido e havia também quem gozasse da mesma, ao invés de estar com o dedo no ar a reivindicar e a fazer barulho, a de chamar pelas pessoas e dialogar, longe das câmaras de televisão, que era o que tinha acontecido com as negociações, que ninguém, à exceção da Comissão de Moradores, sabiam destas, daí terem conseguido aqueles resultados. Concluiu, dirigindo-se ao Deputado Pedro Pinto, dizendo que concordava com o que ele havia dito, isto é, que tinham mais casos no concelho, como por exemplo o das Pedreiras, que estavam a resolver, pelo que se uns tinham direito, naturalmente, os outros também o tinham e as promessas não eram aquelas que o Deputado César pensava, ou seja, o compromisso era o de que tudo o que pudessem fazer para que as pessoas tivessem as suas habitações legalizadas iam responder a isso, sendo certo que não podiam abraçar todos os processos ao mesmo tempo, com a mesma celeridade, mas haveriam de chegar a todos eles, dentro dos recursos disponíveis. Disse, ainda, que a responsabilidade com que o Deputado César Toste havia feito a sua intervenção, sobre o caso em questão, mostrava aquilo que já lhe havia dito noutros momentos, isto é, que desde que estava naquela Assembleia Municipal, há quase cinco anos, ele era, efetivamente, o líder da oposição na Praia da Vitória.----------

-------- **A Assembleia tomou conhecimento.** ----------

-------- **3. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS RELATIVO AO 1º TRIMESTRE DE 2018 DA PRAIA AMBIENTE, E.M..**----------

-------- **O Presidente da Câmara Municipal** solicitou autorização para apresentar os pontos três a sete em simultâneo, o qual foi autorizado. ----------

-------- **A Assembleia tomou conhecimento.** ----------

-------- **4. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS RELATIVO AO 1º TRIMESTRE DE 2018 DA TERAMB, E.M..** ----------

-------- Este ponto foi apresentado em simultâneo com o anterior. ----------

-------- **A Assembleia tomou conhecimento.** ----------

-------- **5. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA SEMESTRAL DO MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA, ENVIADO POR SANTO VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, Ld.ª.** -- ----------

-------- Este ponto foi apresentado em simultâneo com os anteriores. ----------

-------- **A Assembleia tomou conhecimento.** ----------

-------- **6. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DE ANÁLISE REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE FINANCIAMENTO NO MONTANTE DE 55.063,34€.** ----------

-------- Este ponto foi apresentado em simultâneo com os anteriores. ----------

-------- **Submetido à votação, o relatório, foi aprovado por maioria, com dezoito votos a favor do PS, doze abstenções do PSD e uma abstenção do CDS-PP.** ----------

-------- **7. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DE ANÁLISE REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE FINANCIAMENTO NO MONTANTE DE 795.954,78€.**----------
-------- Este ponto foi apresentado em simultâneo com os anteriores. ----------
-------- **Submetido à votação, o relatório, foi aprovado por maioria, com dezoito votos a favor do PS, doze abstenções do PSD e uma abstenção do CDS-PP.** ----------

-------- **8. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO REQUERIMENTO DA TERCEIRA ARTE RELATIVO À ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA LOJA Nº 2 DO MERCADO MUNICIPAL OU ESTABELECIMENTO DE UM VALOR ANUAL SIMBÓLICO.** ----------
-------- **O Presidente da Câmara Municipal** fez uma explanação do ponto. ----------
-------- **Submetido à votação, o requerimento, foi aprovado por unanimidade.** --------

-------- **9. APRESENTAÇÃO DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO FINANCEIRA ENTRE O FUNDO AMBIENTAL E A PRAIA AMBIENTE.** --------
-------- **O Presidente da Câmara Municipal** solicitou autorização para apresentar os pontos nove e dez em simultâneo, o qual foi autorizado. ----------
-------- **A Assembleia tomou conhecimento.** ----------

-------- **10. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE PROGRESSO 2018, DO LNEC, REFERENTE À "ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DOS TRABALHOS DE REABILITAÇÃO PARA A MELHORIA DA SITUAÇÃO AMBIENTAL ENVOLVENTE AOS FUROS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO CONCELHO DA PRAIA DA VITÓRIA".** ----------
-------- Este ponto foi apresentado em simultâneo com o anterior. ----------
-------- **A Assembleia tomou conhecimento.** ----------

-------- **APROVAÇÃO POR MINUTA:** ----------
-------- Tendo a Câmara invocado urgência na entrada em vigor das deliberações desta Assembleia, foi proposto à Assembleia que a ata, quanto às deliberações dos pontos da ordem de trabalhos fosse, aprovada em minuta, tendo em conta a sua importância e de acordo com o número três do artigo número noventa e três da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro. ----------
-------- **A Assembleia aprovou a ata, por minuta, por unanimidade.** ----------

-------- Terminados os trabalhos, eram doze horas e quarenta minutos, e não havendo mais nada a tratar, a **Presidente da Mesa da Assembleia** agradeceu a todos e deu por

terminados os trabalhos da quarta sessão ordinária do ano de dois mil e dezoito, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que, depois de aprovada, vai ser assinada pela Presidente e Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia.----------

Ass: _____

Ass: _____

#1

Lido a 21/set/18

Voto de Congratulação

Na passada quarta-feira, foi firmado o acordo entre a Câmara Municipal da Praia da Vitória e os proprietários dos terrenos onde se localiza o denominado Bairro dos Americanos. Desse acordo resulta o fim dos processos de despejo das famílias alojadas nas habitações ali existentes, bem como o regresso das famílias entretanto despejadas por ordem judicial daquele local.

Este acordo vem pôr fim a um problema de ordenamento do território que se arrasta há 20 anos, o qual, na essência, representa um grave problema social, porque afeta cerca de 90 agregados familiares.

Segundo a informação veiculada, o acordo assinado entre as partes inclui, a aquisição, por parte da Autarquia, de três prédios, inscritos na matriz rústica da freguesia de Santa Cruz, com todos os direitos à exceção dos transitados em julgado, pelo valor total de operação de aquisição de 4 milhões de euros, com início de pagamento em março de 2019 e termo em março de 2022.

Inclui também o compromisso dos proprietários dos terrenos a suspenderem todas e quaisquer ações judiciais e de despejo ou de execução, assim como, o Município retirará todas as ações judiciais a decorrer sobre a matéria em causa.

Depois de 20 anos de ausência de respostas e de sucessivos entraves a uma resolução definitiva, o empenho e a capacidade diplomática, assim como o apoio fundamental do Governo dos Açores, permitiram que estas famílias vissem uma luz ao fundo do túnel.

Mas é justo aqui também destacar e sublinhar o empenho dos proprietários e dos moradores do Bairro de Santa Rita para que fosse possível um consenso. O que demonstra que há sempre solução para um problema que, há algum tempo, alguns davam por perdido.

Perante uma situação de ordenamento do território, de urgência social é justo que esta Assembleia Municipal sinalize o compromisso alcançado e manifeste a sua congratulação com o mesmo.

Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista apresenta o seguinte Voto de Congratulação:

A Assembleia Municipal da Praia da Vitória, reunida em sessão ordinária a 21 de setembro de 2018, congratula todos os intervenientes no processo das habitações no Bairro Americano, em Santa Rita, sublinhando a sua capacidade de entendimento e empenho na busca de uma solução satisfatória para todas as partes.

.

Praia da Vitória, 21 de setembro de 2018

Os membros da Assembleia Municipal

Lido a 21 set 18 #2

CDS-PP
AÇORES

Voto de Protesto

A Assembleia Municipal da Praia da Vitória, reunida a 21 de setembro de 2018, manifesta o seu protesto e repúdio pela atitude do Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória de ameaçar com um processo em tribunal, 44 anos depois do 25 de Abril, o cidadão, investigador e professor universitário, Doutor Félix Rodrigues, por manifestar livre e publicamente a sua opinião sobre a contaminação dos solos e aquíferos da Praia da Vitória, processo de descontaminação e respectivo acompanhamento desses trabalhos.

Este voto deve ser dado conhecimento a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, ao Tribunal Constitucional, aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, aos Grupos Parlamentares na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, à Associação Nacional de Municípios Portugueses e à Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores.

Praia da Vitória, 21 de setembro de 2018

O Deputado Municipal do CDS-PP,

Pedro Pinto

Voto de Congratulação

A Câmara Municipal da Praia da Vitória, através da Empresa Municipal Praia Ambiente, e o Governo da República, através do Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente, assinaram, no passado dia 10 de agosto de 2018, um Protocolo de Colaboração Financeira que coloca, finalmente, um ponto final num diferendo que se arrastava desde 2011.

Com o Protocolo de Colaboração Financeira assinado entre as partes fica garantido que:

1. É o Estado Português a suportar e financiar os custos do projeto de abastecimento de água a Santa Rita, no Juncal, permitindo a substituição da antiga rede militar de águas por uma rede civil de abastecimento de água, na zona de Santa Rita/Juncal, da freguesia de Santa Cruz;
2. É o Estado Português a suportar e financiar os custos de encerramento do furo Juncal 2 (construído em 1956), em estado de sobre-exploração e com intrusão salina, assegurando a continuidade do fornecimento deste recurso à população local;
3. É o Estado Português a suportar e financiar a criação de condições nos furos de abastecimento de água para consumo humano, garantindo não só a total fiabilidade a médio e longo prazo da qualidade da água, mas também a eliminação por completo de qualquer risco de contaminação futura da mesma;
4. É o Estado Português a suportar e financiar os custos relacionados com a monitorização das análises efetuadas aos solos e aquíferos da Praia da Vitória, com efeitos retroativos aos anos de 2011 a 2017, assim como as realizadas durante o corrente ano de 2018.

A assinatura do referido Protocolo, trouxe até à Praia da Vitória o Ministro do Ambiente, Eng.º João Pedro Matos Fernandes, bem como a Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo, Marta Guerreiro, facto que assinala a importância e dedicação que os atuais Governos da República e da Região dão ao processo de acompanhamento e monitorização da pegada ambiental deixada no Concelho pela presença militar norte-americana na Base das Lajes, por mais que os arautos da desgraça não consigam ver e assumir.

Assim, o dia 10 de agosto de 2018 marcará a história do dossier ambiental do Concelho da Praia da Vitória, contando que, pela primeira vez, um Governo da República assumiu, definitiva e claramente, os custos relacionados com a monitorização e fornecimento de água, decorrentes da pegada ambiental da Base das Lajes.

Desde novembro de 2011, na sequência da apresentação das conclusões do estudo que recomendava a execução de um Plano de

#3 Lido a 21 set 18

Monitorização Especial nos furos de abastecimento de água, após denúncia dos efeitos decorrentes da Base das Lajes, que a Empresa Municipal Praia Ambiente, na sequência de orientações da Câmara Municipal, desenvolve e implementa este Plano de Monitorização Especial, assumindo, na totalidade, os seus custos, apesar da injustiça de terem sido os Praienses a arcarem com encargos e sobrecustos aos quais são completamente alheios.

Desde então que a Câmara Municipal da Praia da Vitória tem diligenciado vários contatos e inúmeras reivindicações sobre esta matéria, sem qualquer resultado positivo. Agora, finalmente, o Governo da República assumiu perentoriamente as suas responsabilidades e encontra uma solução e que implementa, pondo fim, nestes termos, a uma injustiça de que os Praienses estavam a ser vítimas.

Os fundos que assegurarão a concretização deste Protocolo de Colaboração estão previstos no Orçamento do Estado e serão geridos pelo Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente.

Cumprindo assim com uma das mais elementares obrigações dos entes públicos, a disponibilização de meios e serviços de qualidade às populações contribuintes, Governo da República e Câmara Municipal da Praia da Vitória mostram empenho e determinação na resolução de problemas que afetam o Concelho e para a qual a posição do Município é clara e consiste, desde há largos anos: queremos a concreta identificação e a total descontaminação de todos os locais contaminados e que todos os locais que venham a ser identificados como tal sejam objeto de intervenções que assegurem a sua total descontaminação.

Face ao exposto, o Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal apresenta o seguinte Voto de Congratulação:

A Assembleia Municipal da Praia da Vitória, reunida em Sessão Ordinária a 21 de setembro de 2018, congratula-se pelo facto de, o Governo da República ter assumido, definitiva e claramente, os custos relacionados com a monitorização dos impactos e fornecimento de água às populações afetadas na Praia da Vitória pelos problemas decorrentes da pegada ambiental causada pela presença militar norte-americana na Base das Lajes.

Que do presente Voto seja dado conhecimento ao Governo da República, ao Governo Regional dos Açores, aos Grupos Parlamentares eleitos à Assembleia da República, aos Grupos e Representações Parlamentares eleitos à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, à Câmara Municipal da Praia da Vitória e à Junta e Assembleia de Freguesia de Santa Cruz da Praia da Vitória.

Praia da Vitória, 21 de setembro de 2018

Os Membros da Assembleia Municipal

#4

PS

Lida a 21 Set 2018

Voto de Congratulação

No dia 23 de julho deste ano, a Base das Lajes foi certificada para utilização permanente pela aviação civil, passando a designar-se como Aeroporto Internacional das Lajes.

Com este passo decisivo ficam abertas as portas para uma afirmação turística da Praia da Vitória, da ilha Terceira e, até, a partir do Aeroporto Internacional das Lajes para as demais ilhas do Grupo Central.

É fundamental memorizarmos que, este processo decorreu da decisão das forças militares norte-americanas reduzirem de forma significativa a sua presença naquela infraestrutura, como também, ganhou expressão com os vários entraves a escalas técnicas e operacionalidade de aeronaves civis, na Base das Lajes.

Este objetivo foi conseguido pela união de esforços entre a Câmara Municipal da Praia da Vitória, o Governo dos Açores e o Governo da República.

Se, no passado o Governo da República atribuía responsabilidades às companhias civis de aviação pelos entraves no uso das Lajes, o atual Governo da República comprometeu-se, no prazo de dois anos, a certificar a Base das Lajes para uso da aviação civil.

Assim, importa realçar que o compromisso foi cumprido e, hoje, a Base das Lajes está devidamente certificada para a aviação civil, tendo sido agilizados os procedimentos e demais processos para que o Aeroporto Internacional das Lajes seja, de facto, um motor de desenvolvimento local e regional.

É justo, portanto, o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo Governo da República, liderado por António Costa, porque concretizou, dentro dos prazos definidos, o compromisso assumido com a Ilha Terceira.

Assim como, reconhecer o empenho do Governo dos Açores, particularmente do Presidente Vasco Cordeiro, neste processo, tendo liderado todas as diligências e contactos conducentes à concretização deste imperativo de reconhecida importância estratégica local e regional.

É também justo reconhecer o empenho e diligências permanentes do Executivo da Câmara Municipal da Praia da Vitória, para que este anseio local se concretizasse.

Neste âmbito o Grupo Municipal do Partido Socialista apresenta o seguinte Voto de Congratulação:

A Assembleia Municipal da Praia da Vitória congratula-se pela certificação da Base das Lajes para utilização permanente da aviação civil, reconhecendo a ação da Câmara Municipal da Praia da Vitória, do Governo dos Açores e do Governo da República neste processo, cuja concretização influi decisivamente na estratégia de desenvolvimento económico e social deste Concelho, da Ilha Terceira e dos Açores.

Que o presente Voto de Congratulação seja dado conhecimento à Câmara Municipal da Praia da Vitória, ao Governo dos Açores e ao Governo da República.

Praia da Vitória, 21 de setembro de 2018

Os Membros da Assembleia Municipal